

MAPFRE Vida S.A.

CNPJ 54.484.753/0001-49



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da MAPFRE Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos. Em 2016, a Seguradora apresentou R\$ 755,5 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 10,0% sobre o ano anterior, e lucro líquido de R\$ 93,3 milhões.
No exercício de 2016, os acionistas deliberaram distribuição de lucros no total de R\$ 59,7 milhões,

na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 34,3 milhões e R\$ 25,4 milhões, respectivamente, em Reuniões da Diretoria realizadas em 25 de maio, 04 de julho e 15 de dezembro de 2016.

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Vida S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, a MAPFRE Vida S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 761 mil e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		688.586	638.138	Circulante		539.010	573.397
Disponível		1.996	2.514	Contas a pagar		30.495	59.114
Caixa e bancos	5	1.996	2.514	Obrigações a pagar	13	13.233	27.746
Equivalente de caixa	5	7.406	3.512	Impostos e encargos sociais a recolher		6.980	9.746
Aplicações	6	457.132	416.397	Encargos trabalhistas		3.523	3.956
Créditos das operações com seguros e resseguros	157.503	155.939	155.939	Impostos e contribuições	14	4.501	5.15
Prêmios a receber	7	94.053	84.719	Outras contas a pagar		2.256	17.151
Operações com seguradoras	8a	24.915	39.357	Debitos de operações com seguros e resseguros	63.275	75.861	75.861
Operações com resseguradoras	9a	38.535	31.863	Prêmios a restituir		3.575	3.532
Outros créditos operacionais	7.307	6.009	6.009	Operações com seguradoras	8b	14.833	22.053
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	10.577	13.604	Operações com resseguradoras	9b	15.420	20.637
Títulos e créditos a receber	10	31.775	23.143	Corretores de seguros e resseguros	15	26.346	25.486
Títulos e créditos a receber		3.073	10.383	Outros débitos operacionais		3.101	4.153
Créditos tributários e previdenciários	24b	26.808	11.612	Depósitos de terceiros	16	22.920	17.144
Outros créditos		1.892	1.148	Provisões técnicas - seguros	17	422.320	421.278
Outros valores e bens	226	5.324	5.324	Danos		84.393	55.425
Outros valores		226	5.324	Pessoas		282.312	311.342
Despesas antecipadas	3.781	105	105	Capital social		54.511	54.511
Reserva de depreciação	17	10.883	11.591	Passivo não circulante	246.901	168.350	168.350
Seguros	10.883	11.591	11.591	Contas a pagar		1.402	—
Ativo não circulante	585.479	584.022	584.022	Tributos diferidos		1.402	—
Realizável a longo prazo	543.333	551.790	551.790	Provisões técnicas - seguros	17	230.312	159.711
Aplicações	6	309.426	296.137	Danos		16.466	22.307
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	137	137	Pessoas		196.435	137.391
Títulos e créditos a receber	24b	232.705	254.725	Vida individual		17.411	13
Créditos tributários e previdenciários		218.926	241.226	Outros débitos	21	15.187	8.639
Depósitos judiciais e fiscais	21a	13.296	13.016	Provisões judiciais		15.187	8.639
Outros créditos		483	483	Patrimônio líquido	22	488.154	480.413
Outros valores e bens	17	1.063	928	Capital social		439.766	468.766
Seguros	1.063	928	928	Reservas de capital		46.773	13.089
Investimentos	4.139	4.230	4.230	Reservas de lucro		1.715	(3.960)
Participações societárias		420	434	Ajuste de títulos e valores mobiliários		—	—
Imóveis destinados à venda		3.709	3.786			—	—
Outros investimentos		10	10			—	—
Imobilizado	11	3.714	6.228			—	—
Bens móveis		1.576	2.610			—	—
Outras imobilizações		2.138	3.618			—	—
Intangível	12	34.293	21.774			—	—
Ativos intangíveis		34.293	21.774			—	—
Total de ativo		1.274.065	1.222.160	Total de passivo e patrimônio líquido		1.274.065	1.222.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

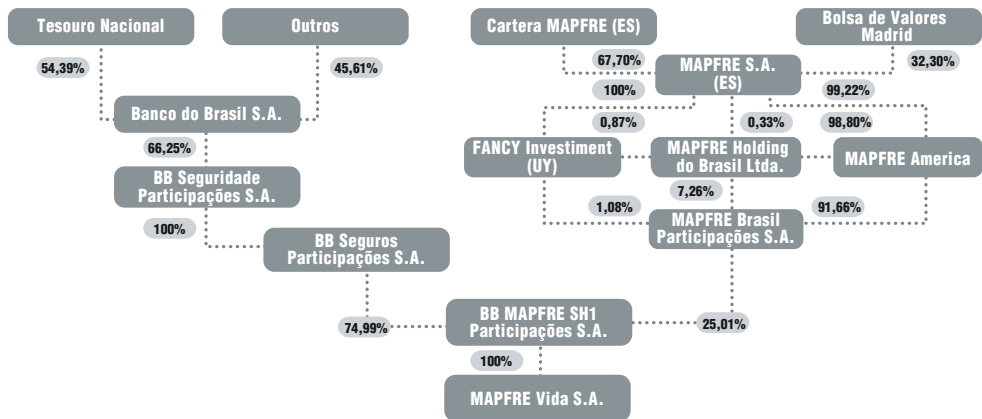
	Capital Social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros	Reserva de lucros com impostos e ajustes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	308.295	160.471	112	2.406	2.574	16.634	(1.175)
Títulos e valores mobiliários							(2.785)
Dividendos pagos - AGE de 23 de fevereiro de 2015							(16.044)
Aumento de capital - Portaria SUSEP nº 6.245 de 25 de abril de 2015	160.471	(160.471)					
Lucro líquido do exercício						104.325	104.325
Distribuição do resultado:							
Reserva legal				5.216			(5.216)
Dividendos pagos - AGE de 29 de maio de 2015					(591)		(2.300)
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015							(13.100)
Dividendos pagos - AGE de 30 de novembro de 2015							(14.300)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Comitê de Direção em 30 de novembro de 2015							(26.500)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Comitê de Direção em 29 de dezembro de 2015							(2.000)
Dividendos pagos - Reunião de Comitê de Direção em 29 de dezembro de 2015				5.300			(15.000)
Reserva de investimentos							(5.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	468.766	—	112	2.406	7.790	5.299	(3.960)
Títulos e valores mobiliários							5.675
Redução de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016	(29.000)						(29.000)
Redução da reserva de capital - Portaria SUSEP nº 131 de 19 de outubro de 2016		928	(112)	(2.406)			(2.518)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016							(5.299)
Lucro líquido do exercício						93.284	93.284
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal				4.664			(4.664)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 25 de maio de 2016							(5.501)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 4 de julho de 2016							(23.500)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de dezembro de 2016							(25.400)
Reserva de investimentos							(34.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	439.766	—	12.454	34.219	1.715	—	(488.154)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 2º andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua em conjunto com o Banco do Brasil (doravante referido tanto como "Banco do Brasil") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o GRUPO MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 521/2015, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2017. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i)** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; **ii)** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. **• Nota 3f** - Classificação dos contratos de seguro; **• Nota 3q e 23j** - Arrendamento e determinação de um contrato contem um arrendamento; **• Nota 6** - Aplicações; **• Nota 8** - Prêmios a receber (relação ao valor recuperável); **• Nota 3j, 3l, 18 e 20** - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; **• Nota 21** - Provisões judiciais; e **• Nota 25** - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Separação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a separação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se: **A IFRS 9** - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2018. **A IFRS 15** - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. **A IFRS 16** - Arrendamentos, requer que as Seguradoras tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculadas com garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i)** ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, **ii)** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **iii)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado

futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **g) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao balanço no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **h) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de resseguro, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d **ii.** Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previstas em seus respectivos contratos. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco seguro, com prazo médio de diferimento de 16 meses. **j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio contábil, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco seguro. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes sem Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), é constituída, para os contratos que possuem a provisão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de assegurado cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 47 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e o aviso do sinistro. **k) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **l) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos trimestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETT) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 59,5% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foram objeto de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 521/2015. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **m) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação

continua →



MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. n) **Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros. o) **Benefícios aos empregados:** i. Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ii. Obrigações com aposentadorias: A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. p) **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. e) **Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. f) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. g) **Despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados à tens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é a imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas aliquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, consideradas na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das aliquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. h) **Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referidos no último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.**

4. **GERENCIAMENTO DE RISCOS**
A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Riscos de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado como o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, a medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrangem desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a empresa lider conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para aprovação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros; • **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração; • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos; à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde a perda incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os seguros de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros evitados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 2,30% (5,98% em 31 de dezembro de 2015) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade		Impacto resultado/ Patrimônio líquido (Bruto de impostos)	2016
	Local	Admitida		
a. IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(2.179)	
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(21.201)	

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e **Exposição ao risco de crédito de seguro:** Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e a admitida MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Rating	2016			2015		
	Local	Admitida	Total	Local	Admitida	Total
A	6.602	351	6.953	4.048	1.335	5.383
B	703	-	703	-	-	703
Total	7.305	351	7.656	5.884	1.335	7.219

O gerenciamento de risco de crédito de resseguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são evitar a concentração de negócios com resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2016.

Ativos financeiros - Rating	AAA	AA+	AA-	A+	A-	S/Rating	Total
	Títulos de renda fixa públicos (*)	-	-	748.680	-	-	-
Debêntures	-	5.040	6.559	1.005	-	-	12.604
Letras financeiras	2.582	-	2.582	-	-	-	5.164
Outras aplicações	-	-	-	-	112	-	112
Total	2.582	5.040	757.821	1.005	112	-	766.560

Ativos financeiros - Rating	AAA	AA+	AA-	A+	A-	S/Rating	Total
	Títulos de renda fixa públicos (*)	567.030	-	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	131.700	-	-	131.700
Debêntures	11.357	2.335	-	-	-	-	13.692
Outras aplicações	-	-	-	-	112	-	112
Total	578.387	134.035	-	131.700	112	-	712.534

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 155.582 (R\$ 117.495 em 31 de dezembro de 2015) com lastro em títulos públicos. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Essas análises também consideram cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter os níveis financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Seguradora reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casarmento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma administração adequada do risco de liquidez, a Seguradora realiza o planejamento de caixa em investimento, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos agios do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantêm geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

2016	Até 1 a 5 anos		Acima de 5 anos	Total
	Disponível	Equivalentes de caixa		
Disponível	1.996	-	1.996	-
Equivalentes de caixa	7.406	-	7.406	-
Aplicações (*)	185.446	407.682	72.550	665.678
Créditos das operações de seguros e resseguros	157.503	-	-	157.503
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	5.381	4.125	1.208	10.714
Outros créditos operacionais	7.307	-	-	7.307
Títulos e créditos a receber (**)	4.968	483	-	5.451
Outros valores e bens	226	-	-	226
Despesas antecipadas	3.781	-	-	3.781
Custos de aquisição diferidos	10.883	1.063	-	11.946
Total do ativo	384.897	413.353	73.758	872.008
Outros créditos operacionais	283.134	212.603	56.035	551.772
Contas a pagar	30.495	1.402	-	31.897
Débitos das operações com seguros e resseguros	63.275	-	-	63.275
Depósitos de terceiros	22.920	-	-	22.920
Total do passivo	399.824	214.005	56.035	669.864

2015	Até 1 a 5 anos		Acima de 5 anos	Total
	Disponível	Equivalentes de caixa		
Disponível	2.514	-	2.514	-
Equivalentes de caixa	3.512	-	3.512	-
Aplicações (*)	274.579	261.790	98.434	634.803
Créditos das operações de seguros e resseguros	155.939	-	-	155.939
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	6.168	5.511	1.925	13.604
Outros créditos operacionais	48.023	-	-	48.023
Títulos e créditos a receber (**)	11.531	483	-	12.014
Outros valores e bens	5.324	-	-	5.324
Despesas antecipadas	105	-	-	105
Custos de aquisição diferidos	11.591	928	-	12.519
Outros ativos	-	112	-	112
Total do ativo	477.272	268.824	100.359	846.455
Provisões técnicas (**)**	233.654	205.377	64.359	503.390
Contas a pagar	59.114	-	-	59.114
Débitos das operações com seguros e resseguros	75.861	-	-	75.861
Depósitos de terceiros	17.144	-	-	17.144
Total do passivo	385.773	205.377	64.359	655.509

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 100.882 (R\$ 77.619 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 100.860 (R\$ 77.599 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (***) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 13.296 (R\$ 13.016 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 15.186 (R\$ 8.639 em 31 de dezembro de 2015), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 245.733 (R\$ 252.838 em 31 de dezembro de 2015) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2016		2015	
	VaR	Patrimônio	VaR	Patrimônio
Liquidez	14	714.641	-	127.152
Rentabilidade	1	48.924	-	45.998

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Seguradora, que contempla as Carteiras Administradas e os fundos com Ativos Mantidos até o Vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2.56 anos (2,19 em 31 de dezembro de 2015) frente a um patrimônio de R\$ 335.940 (R\$ 550.704 em 31 de dezembro de 2015) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO SEGURADOR, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 766.560 (R\$ 712.534 em 31 de dezembro de 2015) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 100.882 (R\$ 77.619 em 31 de dezembro de 2015) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e outras aplicações de R\$ 112 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2015). Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 665.566 (R\$ 634.803 em 31 de dezembro de 2015). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Impacto no patrimônio líquido/Resultado (Bruto de impostos)	2016	2015	
		%	em milhares de reais
Fator de risco	-	-	-
Taxa de juros e cupons	-	-	(20.776)
Elevação de taxas	-	-	21.591
Redução de taxa	-	-	-

Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. **Risco Operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidades da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos canais, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alçada da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

a) Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital. Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis	488.154
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(420)
Despesas antecipadas	(3.781)
Cédulos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(174.560)
Ativos intangíveis	(34.293)
Obras de arte	(110)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	275.090
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	7
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.039
Ajustes econômicos (b)	1.046
3. Capital mínimo requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	
Capital de risco de crédito	21



MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses Fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" - do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autogregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBL - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada:

2016				2015			
NTN-F	Maior taxa	Menor taxa		Maior taxa	Menor taxa		
NFTN-F	18,50%	9,44%		18,50%	9,44%		
LFT	18,40%	12,16%		13,93%	12,16%		
LTN	11,10%	10,99%		11,10%	10,99%		
NTN-B	7,62%	3,50%		7,92%	3,30%		
NTN-C	4,84%	4,84%		5,94%	4,84%		
TDA	13,26%	8,61%		13,54%	8,61%		
Letra financeira	111,60% do CDI	109,00% do CDI		-	-		
Debêntures	CDI + 0,8% a.a.	CDI + 0,8% a.a.		CDI + 0,8% a.a.	CDI + 0,8% a.a.		
Debêntures	CDI + 0,8% a.a.	CDI + 0,8% a.a.		CDI + 0,8% a.a.	CDI + 0,8% a.a.		
Debêntures	IPCA + 5,4% a.a.	IPCA + 5,4% a.a.		IPCA + 5,4% a.a.	IPCA + 5,4% a.a.		
Debêntures	-	-		11,17%	-		
CDB	-	-		104,5% do CDI	104,5% do CDI		

e) Movimentação das aplicações financeiras:

Saldo em	2016		2015		Saldo em
	2015	Aplicações	Resgates	Ajuste valor	2016
Valor justo por meio do resultado	267.168	812.603	(767.804)	-	115.929
Disponíveis para venda	254.589	587.231	(548.654)	10.317	34.938
Mantidos até o vencimento (*)	190.665	-	(148.423)	-	(41.481)
Outras aplicações	112	-	-	-	112
Total	712.534	1.399.834	(1.464.881)	10.317	108.756

(*) O valor de R\$ (41.481) trata-se de rendimentos obtidos com as aplicações e ajustes decorrentes de quotas do Fundo Soberano compartilhado entre as empresas MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. e MAPFRE Vida S.A.

7. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento:

Ramos	2016				2015			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios líquidos a receber	Prêmios recuperáveis	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios líquidos a receber	Prêmios recuperáveis
Vida em grupo e individual	92.012	(5.623)	86.389	81.404	(3.883)	77.521		
Acidentes pessoais coletivo e individual	7.595	(1.156)	6.439	5.879	(140)	5.739		
Demais ramos	1.296	(71)	1.225	1.500	(41)	1.459		
Total	100.903	(6.850)	94.053	88.783	(4.064)	84.719		

b) Movimentação de prêmios a receber

Saldo inicial	2016	2015
(+) Prêmios emitidos	84.870	84.870
(-) Prêmios cancelados	3.464	3.464
(-) Recebimentos	(920.015)	(821.180)
(+/-) Constituição/reversão de redução ao valor recuperável	(2.786)	13.768
Saldo final	94.053	84.719

c) Composição de prêmios a receber por prazo

	2016	2015
A vencer até 30 dias	72.848	56.844
A vencer de 31 a 60 dias	7.383	6.587
A vencer de 61 a 120 dias	3.127	3.830
A vencer de 121 a 180 dias	2.210	2.152
A vencer de 181 a 365 dias	2.646	2.574
Total a vencer	88.206	71.987
Vencidos até 30 dias	3.842	4.767
Vencidos de 31 a 60 dias	1.592	2.212
Vencidos de 61 a 120 dias	1.048	234
Vencidos de 121 a 180 dias	2.476	-
Vencidos de 181 a 365 dias	-	2.213
Vencidos acima de 365 dias	179	16
Total vencidos	5.847	12.732
Total	94.053	84.719

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

a) Ativo

	2016	2015
Sinistro a recuperar de cosseguo cedido	23.340	33.926
Prêmios a receber de cosseguo acerto	-	4.575
Outros	4.537	3.777
Redução ao valor recuperável	(2.962)	(2.921)
Total	24.915	39.357

b) Passivo

	2016	2015
Cosseguo cedido - outros	14.833	22.053
Total	14.833	22.053

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos:

	2016	2015
Prêmio emitido líquido (*)	691.665	7.656
Resseguro cedido	(nota 23f)	7.656
Retenção	99%	99%

Grupos de ramos

	2016	2015
Pessoas	691.665	7.656

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESEGURO E RETROCESSÃO

a) Ativo

	2016	2015
Recuperação de sinistros de resseguros	38.086	31.543
Outros	449	320
Total	38.535	31.863

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

	2016	2015
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	10.045	9.144
Provisão de eventos ocorridos e não suficientemente avisados - IBNeR	518	2.889
Provisão de despesas relacionadas - PDR	136	1.536
Total	10.714	13.604

b) Passivo

	2016	2015
Prêmios cedidos em resseguro	9.328	14.776
Outros	6.092	5.861
Total	15.420	20.637

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos:

	2016	2015
Prêmio emitido líquido (*)	691.665	7.656
Resseguro cedido	(nota 23f)	7.656
Retenção	99%	99%

Grupos de ramos

	2016	2015
Pessoas	691.665	7.656

(*) As operações estão liquidadas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 5.003 e R\$ 58.881 (R\$ 1.540 e R\$ 75.901 em 31 de dezembro de 2015).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

É composto, substancialmente pelo saldo de compartilhamento de despesas R\$ 1.623 (R\$ 9.387 em 31 de dezembro de 2015) e títulos de capitalização no valor de R\$ 535 (R\$ 279 em 31 de dezembro de 2015).

11. IMOBILIZADO

	Saldo	Saldo
	2016	2015

	Taxa anual	em 2015	Adições	Baixas	Depreciação	em 2016
Equipamentos	20%	1.077	46	(781)	(59)	283
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.217	-	(7)	(158)	1.052
Veículos	20%	316	72	(53)	(94)	241
Outras imobilizações	10% a 20%	3.618	3	(351)	(1.448)	2.138
Total		6.228	121	(876)	(1.759)	3.714

	Saldo	Saldo
	2016	2015

	Taxa anual	em 2014	Adições	Baixas	Depreciação	em 2015
Equipamentos	20%	631	550	-	(104)	1.077
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.326	36	-	(145)	1.217
Veículos	20%	331	101	-	(116)	316
Outras imobilizações	10% a 20%	4.986	219	-	(1.587)	3.618
Total		7.274	906	-	(1.952)	6.228

12. INTANGÍVEL

	Saldo	Saldo
	2016	2015

	Taxa anual	em 2015	Aquisições	Baixas	Amortização	em 2016
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	21.774	19.909	(17)	(7.373)	34.293
Total		21.774	19.909	(17)	(7.373)	34.293

	Saldo	Saldo
	2016	2015

	Taxa anual	em 2014	Aquisições	Baixas	Amortização	em 2015
Desenvolvimento de sistemas	20%	18.522	5.877	(287)	(2.338)	21.774

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2016	2015
Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº 26)	3.008	8.880
Fornecedores	1.173	9.075
Participação nos lucros	4.540	4.767
Previdência privada (nota explicativa nº 26)	1	2.487
Rescisão complementar	-	1.716
Outras contas a pagar	4.511	921
Total	13.233	27.746

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2016	2015
Imposto de renda	17.756	7.668
Antecipação imposto de renda	(16.602)	(7.668)
Contribuição social	14.918	4.125
Antecipação contribuição social	(12.343)	(4.125)
COFINS	655	409
PIS	107	66
Outras	-	40
Total	4.501	515

15. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

16. DEPOSITOS DE TERCEIROS

	2016	2015
1 a 30 dias	16.828	16.961
31 a 60 dias	906	12
61 a 120 dias	5.186	38
121 a 180 dias	-	23
181 a 365 dias	-	39
Superior a 365 dias	-	71
Total	22.920	17.144

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	45.547	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	352.270	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	35.410	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	140.389	Provisão de despesas relacionadas - PDR	4.144	Provisão de Excedentes Técnicos - PET	3.229	Total	580.989
Saldo inicial	101.319										1.142		129.803
Constituições	(94.191)												(94.191)
Diferimento pelo risco decorrido	-												
Aviso de sinistros	-	612.913											612.913
Pagamento de sinistros/benefícios	-	(351.923)											(351.923)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(222.599)											(222.599)
Atualização monetária e juros	-	14.135											14.135
Reversões	-	-			14.895				(1.600)				(16.495)
Saldo final	52.675	404.796			20.515		167.731		2.544		4.371		652.632

Provisão de sinistros a liquidar - PSL	9.144	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	1.536	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	2.889	Provisão de despesas relacionadas - PDR	35	Total	13.604
Saldo inicial	(10.847)								(10.847)
Pagamento de sinistros/benefícios	16.666								16.666
Ajuste de estimativa de sinistros	(4.918)								(4.918)
Atualização monetária e juros	-								-
Reversões	-	(1.399)				(2.371)			(21)
Saldo final	10.045	137			518		14		10.714

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	49.793	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	344.588	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	40.679	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	138.212	Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.849	Provisão de Excedentes Técnicos - PET	5.031	Total	582.152
Saldo inicial	105.145						2.177		295				107.617
Constituições	(109.391)												(109.391)
Diferimento pelo risco decorrido	-												
Aviso de sinistros	-	495.217											495.217
Pagamento de sinistros/benefícios	-	(312.603)											(312.603)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(179.432)											(179.432)
Atualização monetária e juros	-	4.500											4.500
Reversões	-	-			(5.269)								(1.802)
Saldo final	45.547	352.270			35.410		140.389		4.144		3.229		580.989

Provisão de sinistros a liquidar - PSL	9.580	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR	1.624	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	2.372	Provisão de despesas relacionadas - PDR	37	Total	13.613
Saldo inicial	-								
Constituições	-								
Ajuste de estimativa de sinistros	(436)								(436)
Reversões	-								-
Saldo final	9.144	137			518		14		10.714

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial no montante de R\$ 180.900 (R\$ 140.956 em 31 de dezembro de 2015).

Custos de aquisição diferidos

Saldo no início do exercício	12.519	Total	11.32
------------------------------	--------	-------	-------

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

b) Movimento:

	2016			2015
	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldo inicial	1.722	6.917	8.639	
Constituições/reversões	136	8.348	8.484	
Atualização monetária	232	2.248	2.480	
Baixas	(187)	(4.229)	(4.416)	
Saldo final	1.903	13.284	15.187	

	2016			2015
	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldo inicial	1.722	6.917	8.639	
Constituições/reversões	1.670	5.249	6.919	
Atualização monetária	240	-	240	
Baixas	(188)	(2.371)	(2.559)	
Saldo final	1.722	6.917	8.639	

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

	2016			2015		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	4	27.598	4	4	19.660	4
Possível	5	27.598	-	4	19.660	-
Trabalhistas	29	54.852	1.903	36	14.848	1.722
Provável	14	7.410	1.903	8	1.978	613
Possível	3	4.016	-	8	6.454	1.109
Remota	12	43.426	-	20	6.416	-
Cíveis	1.656	85.614	13.284	1.234	57.447	6.917
Provável	149	4.666	1.952	62	3.826	317
Possível	1.143	40.954	11.332	793	21.242	6.600
Remota	364	39.994	-	379	32.379	-
Total	1.690	168.064	15.187	1.274	91.955	8.639

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 439.766 (R\$ 468.766 em 31 de dezembro de 2015), e está representado por 38.245.074 ações ordinárias, sem valor nominal (38.433.749 ações em 31 de dezembro de 2015). **b) Reservas de capital:** O valor de R\$ 2.518 registrado na rubrica de reserva de capital em 31 de dezembro de 2015 foi utilizado para resgate de 188.675 ações em 1 de julho de 2016. **c) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos Administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	93.284	104.325
Constituição da reserva legal (5%)	4.664	5.216
Lucro líquido ajustado	88.620	99.109
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	29.000	65.309
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	25.400	28.500
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	5.299	16.635
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	59.700	110.444
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	61%	95%

Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **e) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação:

	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vida em grupo	494.543	424.267	64,78%	72,22%	23,27%	25,81%
Pessoas individual	109.221	106.354	35,27%	24,78%	0,08%	0,29%
DPVAT	58.881	75.901	85,86%	87,01%	1,08%	1,41%
Acidentes pessoais coletivo	77.647	66.624	26,92%	29,53%	28,57%	26,96%
Demais ramos	4.038	8.320	69,98%	20,00%	6,79%	9,27%
Total	744.330	681.466	58,19%	61,65%	18,58%	19,02%

b) Prêmios emitidos:

	2016	2015
Prêmios diretos	755.549	680.189
Prêmios de cossegueros aceitos	932.113	807.001
Prêmios de cossegueros cedidos	2.891	1.567
Restituição de prêmio	(237.937)	(203.809)
Repasse DPVAT	(399)	(472)
Repasse DPVAT	58.881	75.901
c) Sinistros ocorridos:	(433.109)	(420.133)
Sinistros	(396.210)	(350.741)
Consórcio DPVAT	(33.033)	(56.516)
Resarcimentos	674	14
IBNR	(14.351)	(6.650)
IBNER	14.895	(2.247)
Provisão das despesas relacionadas (PDR)	764	494
Serviço de assistência	(9.848)	(4.442)
d) Custo de aquisição:	(138.280)	(129.600)
Comissões	(98.992)	(94.486)
Recuperação de comissões	22.771	20.929
Outros custos de aquisição	(61.486)	(57.240)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(573)	(1.119)

e) Outras receitas e despesas operacionais: **(36.330) (25.025)**
 Aplicativos e contratos: **(12.819) (13.268)**
 Despesas com cobrança: **(10.444) (9.357)**
 Lucros atribuídos: **(1.024) (3.121)**
 Contingências cíveis: **(10.194) (5.246)**
 Despesas/receitas com DPVAT: **(1.290) (801)**
 Redução ao valor recuperável: **(3.318) (11.271)**
 Outras receitas/despesas: **(1.806) (4.506)**

f) Resultado com operações de resseguro:

	2016	2015
Recursos com resseguro:	14.614	8.482
Recuperação de indenização	18.403	5.683
Variação das provisões de resseguro	(3.789)	2.799
Despesas com resseguro:	(7.656)	(7.219)
Prêmio de resseguro - direto	(7.656)	(7.219)
g) Despesas administrativas:	(74.093)	(57.180)
Pessoal próprio	(30.332)	(24.740)
Serviços de terceiros	(16.649)	(11.780)
Localização e funcionamento	(18.472)	(11.209)
Publicidade e propaganda	(1.601)	(4.906)
Convênio DPVAT	(2.737)	(3.107)
Outras despesas administrativas	(4.302)	(1.438)
h) Despesas com tributos	4.522	(16.258)
Operações de seguros	(13.234)	(12.491)
COFINS	17.497	-
COFINS - Crédito tributário	(2.150)	(2.030)
PIS - Crédito tributário	2.843	-
Taxa de fiscalização	(1.325)	(1.172)
Outras despesas com tributos	891	(565)
i) Resultado financeiro	75.339	79.077
Receitas financeiras	111.976	99.213
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	115.299	38.022
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	34.938	35.694
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	(41.481)	22.961
Rendimentos equivalentes de caixa	911	1.025
Operações de seguros	479	293
Tributos	212	573
Outras receitas	1.618	645
Despesas financeiras	(36.637)	(20.136)
Operações de seguros - DPVAT	(12.441)	(10.077)
Operações de seguros	(19.058)	(7.730)
Taxa administrativa	(1.676)	(1.179)
Encargos sobre tributos	(3.453)	(1.134)
Outras despesas financeiras	(9)	(16)

j) Descrição de um contrato contém um arrendamento: O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança Brasil Seguros S.A., Brasveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: Edifício Torre Alfa; 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até o início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MFVG, e posteriormente pelo INCC-MFVG, Call Center localizado na cidade de Franca. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA; Call Center localizado na cidade de São Carlos. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2016, estão demonstrados a seguir:

	Seguradora	Pagamentos	Pagamentos	Pagamentos	Total de	Despesas de
	Arrendamento	até 1 ano de	1 a 5 anos	acima de 5 anos	pagamentos	arrendamento
Sede GRUPO SEGURADOR						
Segurador	2.354	10.613	45.777	58.744	2.690	
Call Center - Franca	198	892	1.672	2.762	46	
Call Center - São Carlos	208	938	-	1.146	68	
Total	2.760	12.443	47.449	62.652	2.804	
GRUPO SEGURADOR						
Arrendamento						
Segurador	47.072	212.262	915.533	1.174.867	45.360	
Call Center - Franca	3.953	17.846	33.434	55.233	2.301	
Call Center - São Carlos	4.165	18.761	-	22.926	3.911	
Total	55.190	248.869	948.967	1.253.026	51.572	

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	149.333	149.333	112.834	112.834
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(37.309)	(29.867)	(28.185)	(16.925)
Efeito aumento da CSLL para 20%	-	-	-	692
Diferenças temporárias	(2.385)	(1.908)	2.584	1.550
Diferenças permanentes	(509)	(378)	(569)	(103)
Prejuízo fiscal e base negativa	8.003	6.394	3.561	2.065
Juros sobre o capital próprio	6.350	5.080	7.125	4.275
Amortização de ações	7.201	5.761	7.201	4.321
Deduções incentivadas	883	-	615	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.766)	(14.918)	(7.668)	(4.125)
Constituição/reversão de crédito tributário	(12.819)	(10.247)	(13.345)	(7.948)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	11	-	-	-
Ajuste de crédito tributários - aumento da CSLL para 15% e para 20%	-	(310)	-	24.577
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(30.574)	(25.475)	(21.013)	12.504
Alíquota efetiva (%)	20%	17%	19%	11%

b) Créditos tributários e previdenciários:

	2015	Constituições	Reversões	2016
Ativo	11.218	177	(1.264)	10.131
Tributos a compensar		16.037	-	16.037
PIS/COFINS		273	(27)	640
Tributos retidos na fonte	394	-	-	394
Total circulante	11.612	16.487	(1.291)	26.808
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	(139)	(74)	-	(213)
Provisão para riscos de crédito	3.143	33.950	(32.678)	4.415
Provisão para participação nos lucros	2.145	12.609	(12.711)	2.043
Contingências cíveis	2.767	9.883	(7.336)	5.314
Contingências trabalhistas	689	4.056	(3.984)	761
Outras provisões	15.580	8.704	(8.425)	15.859
Ajustes de títulos a valor justo	3.241	5.513	(8.754)	-
Tributos diferidos sobre ações (*)	24.844	1.081	(14.042)	11.883
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	188.956	6.267	(20.663)	174.560
PIS/COFINS	-	4.304	-	4.304
Total não circulante	241.226	86.293	(108.593)	218.926
Passivo	2015	Constituições	Reversões	2016
Ajustes de títulos a valor justo TVM	-	1.402	-	1.402
Total passivo	-	1.402	-	1.402

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios entre as empresas do GRUPO.

25. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo as contribuições totalizaram R\$ 82 (R\$ 177 em 31 de dezembro de 2015).

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas do GRUPO MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divaliação Sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 793 (R\$ 933 em 31 de dezembro de 2015).

b) Compartilhamento de despesas: As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canal) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing). Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e as receitas e despesas incorridas estão resumidos no quadro abaixo:

	2016				2015				
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	
Partes relacionadas									
Aliança do Brasil									
Seguros S.A. (*)	Coligada	83	23	-	1.327	327	292	-	1.537
Acionista	Coligada	155	-	-	-	-	-	-	-
Brasveículos	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguradora S.A. (*)	Coligada	(267)	(7)	-	2.642	882	294	-	5.76